

**DESPACHO 2023-SECTRAB**

..

**A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0000243/2023--

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO E PROMOÇÃO DE CURSOS DE BELEZA E ESTÉTICA, conforme quantidades estimadas e especificações/condições constantes neste instrumento.

Em resposta ao processo nº 18311/2023, impugnação interposta tempestivamente pela empresa **INSTITUTO DE APOIO A GESTÃO PÚBLICA – IAGP** -CNPJ Nº. 13.664.573/0001-61 (**INSTITUTO ROSA BRANCA –** . CNPJ Nº. 10.962.062/0001-38).

Inicialmente vale destacar a inconsistência encontrada na Impugnação apreciada.

A peça da impugnação utiliza toda qualificação da OSC, INSTITUTO DE APOIO A GESTÃO PÚBLICA – IAGP, com CNPJ:13.664.573/0001-61 e endereço Rua Antônio Batista Bitencourt, 45, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro/RJ, totalmente diverso da documentação apresentada pelo subscritor, que assina e apresenta documentação como INSTITUTO ROSA BRANCA, CNPJ: 10.962.062/0001-38, com endereço a Praça Marechal Floreano, 259, Centro, Itaboraí/RJ.

Entretanto em consideração ao princípio da autotutela, que permite a revisão dos atos administrativos, visando garantir a legalidade e a imparcialidade nos procedimentos licitatórios, iremos analisar tal impugnação a fim de sanar qualquer possível erro.

**I. DA DECISÃO PÓS IMPUGNAÇÃO**

A empresa impugnante contesta em apertada síntese o seguinte:

- 1- o objeto da licitação não poderia ser procedido por licitação, pois são serviços prestados por organizações da sociedade civil, de modo que a regularidade do feito exigiria a celebração de parceria;
- 2- inconformidade na pesquisa de preços;
- 3- o objeto dos autos não trataria de serviço comum e desta forma não poderia ser utilizado o pregão e o critério de julgamento também não poderia ser por item;
- 4- há violação ao princípio da competitividade.

Em parecer GPG nº 723/PGM/2023 de fls. 79/91, a Procuradoria se analisou a impugnação e orientou que a decisão técnica fosse justificada e fundamentada, o que passamos a fazer.



Após o acima descrito, em relação à impugnação apresentada, gostaríamos de esclarecer nossas razões detalhadas quanto aos pontos levantados. Cada alegação será respondida fundamentando nossa posição:

**A) Da alegada impossibilidade de realização de licitação**

Quanto à alegação de que o objeto da licitação não poderia ser procedido por licitação, pois são serviços prestados por organizações da sociedade civil, salientamos que a legislação vigente não impede a contratação desses serviços por meio de licitação. Além disso, o nosso edital foi elaborado considerando a especificidade do objeto e as diretrizes legais pertinentes, garantindo a conformidade com a legislação vigente.

Importante frisar que foi efetuado ETP, sendo verificado no caso em tela, que o pregão eletrônico permite um processo mais rápido e ágil de seleção de fornecedores, uma vez que ocorre em ambiente virtual e em tempo real. Isso pode reduzir o tempo necessário para a contratação e viabilizar uma resposta mais rápida às demandas do órgão. Ressaltando que se trata do 3º processo de licitação desta Secretaria para o mesmo Objeto e sempre utilizando tal procedimento.

**B) Da suposta utilização da legislação de parcerias**

Novamente se faz necessário reafirmar que no ETP foi analisado que o real intento almejado pela Administração é o adotado na licitação. Nada impede que em um novo ETP a Administração não possa alterar a utilização de outras maneiras de contratação.

**C) Do incorformismo perante a pesquisa de preços**

Sobre a inconformidade na pesquisa de preços, esclarecemos que conduzimos a pesquisa de acordo com a lei nº 14.133 de 01, de abril de 2021, § 1º registradas fls 86/323: composição de custos unitários menores ou iguais à mediana aos itens oficiais do governo, como painel de preços; contratações similares, mediante sistema de registro de preços; dados de pesquisa publicado em mídia especializada e pesquisa direta com, no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação. A Assessoria de Conformidade Processual realizou relatório de pesquisa de preço nº23/2023 registrado as fls. 371/481, com parecer conclusivo que o processo se encontra revestido das formalidades necessárias.

**D) Da suposta impossibilidade de utilização do pregão, em razão do objeto não ser comum**

No que se refere à alegação de que o objeto dos autos não trataria de serviço comum, e, portanto, não poderia ser utilizado o pregão, e que o critério de julgamento não poderia ser por item, sustentamos que os serviços de beleza e estética se enquadram na categoria de serviços comuns, conforme previsto na Lei de Licitações. A escolha do critério de julgamento por item foi respaldada pela natureza diversificada dos serviços a serem contratados, permitindo uma avaliação mais precisa e justa dos licitantes.

Ratificamos que o objeto é plenamente passível de especificação objetiva, o serviço não é eminentemente intelectual, o objeto é facilmente encontrado no mercado, como demonstra



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo	18311/2023
Data de Início	05/09/2023
Folha	94
Rubrica	

contratações anteriores desta secretaria, foi predeterminado de modo objetivo e uniforme os atributos essenciais.

Quanto a alegação de impossibilidade de precificar a proposta, não há de prosperar uma vez que nos dois primeiros contratos foram devidamente precificados e no presente procedimento foi cotado por algumas empresas, sendo certo que tal alegação são apenas palavras ao vento, usadas pelo ora impugnante.

E) Da alegada impossibilidade de ser estabelecido o critério de julgamento por item

Quanto à alegação de violação ao princípio da competitividade, afirmamos que o edital foi elaborado de forma a promover uma concorrência justa e equitativa entre os participantes. Todas as regras estabelecidas visam garantir a igualdade de oportunidades para todas as empresas interessadas. Qualquer limitação ou restrição que possa prejudicar a competitividade foi cuidadosamente evitada.

Ainda sobre o critério de julgamento por item, a opção por menor preço por item com base em alguns princípios e critérios estabelecidos pela legislação, quais sejam:

Princípio da economicidade: A busca pelo menor preço por item está alinhada ao princípio da economicidade, que visa a utilização eficiente dos recursos públicos. Ao selecionar o fornecedor que oferece o menor preço em cada item, busca-se maximizar a relação custo-benefício para a Administração Pública.

Equilíbrio de propostas: Ao optar pelo critério de menor preço por item, promove-se a competição entre os licitantes, estimulando-os a apresentar propostas mais vantajosas. Isso contribui para o alcance de preços mais competitivos e para a obtenção das melhores condições comerciais possíveis.

Aferição objetiva: O critério de menor preço por item proporciona uma avaliação objetiva e mensurável das propostas recebidas. Ao utilizar esse critério, a avaliação se baseia em parâmetros concretos, como os valores apresentados pelos licitantes, facilitando a verificação e a comparação das propostas de forma transparente.

Transparência e isonomia: A escolha do menor preço por item reforça os princípios de transparência e isonomia, garantindo que todos os licitantes tenham igualdade de condições e oportunidades durante o processo. Ao seguir esse critério, a decisão é fundamentada em critérios objetivos e transparentes, evitando favorecimentos ou subjetividades.

Análise de custo-benefício: A contratação de menor preço por item permite uma análise mais detalhada do custo-benefício de cada item, considerando as necessidades da Administração e os recursos disponíveis. Essa análise permite selecionar propostas que atendam aos requisitos técnicos e ao mesmo tempo apresentem um preço mais vantajoso para a Administração.

E) Da alegada violação de competitividade



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo	18311/2023
Data de Início	05/09/2023
Folha	95
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

a) Certificamos que foi efetuada a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual. Fls. 715/717.

b) Os direitos trabalhistas assegurados por nossa constituição Federal foram devidamente apreciados. Fls. 930 e 977.

c) Foi reservado cargos para pessoas com deficiência. Fls. 932.

d) Esclarecemos que a Secretaria de Trabalho ratifica a execução dos cursos de qualificação profissional no município de Maricá. Para contextualizar, o município fica localizado na parte leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, englobando regiões de litoral, montanha e floresta, restingas e lagoas. A população está estimada em 197.300 mil habitantes e o território se estende por 361.572 km<sup>2</sup>, segundo dados do IBGE 2022, e a maior parte populacional se concentra no 1º e 3º distritos.

e) Os instrumentos convocatórios estão em harmonia com as orientações da doutrina administrativista.

f) Tal justificativa praticamente foi esclarecida no item d, mas a título de maior esclarecimento entendemos que como o nosso município tem um grande território temos que evitar que o local do curso seja por exemplo em local que não tenha condução pública e a pessoa conseguir chegar dificultando assim o bom andamento dos cursos e as formações. O intuito da Secretaria é que os alunos tenham facilidade de se estudarem, terem como sair de suas escolas e se dirigirem para o curso, o mesmo para quem trabalha, caso os cursos fiquem em local ermo o sucesso da contratação estaria em risco.

g) O critério de avaliação de empresa conceituada no mercado é comprovado pelas documentações mínimas solicitadas na licitação, algo comum em qualquer licitação. O motivo de ser local com caráter estudantil se justifica para que não seja um local sem condições para que o aluno possa ter concentração nos estudos e assim aproveitar o máximo dos estudos.

Portanto o Secretário de Trabalho, no uso de suas atribuições **CONHECE** a impugnação apresentada pela empresa INSTITUTO DE APOIO A GESTÃO PÚBLICA – IAGP -CNPJ Nº. 13.664.573/0001-61. (INSTITUTO ROSA BRANCA – CNPJ Nº. 10.962.062/0001-38.), **E NEGA PROVIMENTO**, solicitando a CPL o prosseguimento da presente Licitação.

Maricá, 20 de setembro de 2023.

Atenciosamente,

*[Assinatura]*  
**Marcus Toselli**

Secretário de Trabalho

Mat. 112.561